

**Instituições de correção, educação e regeneração: o caso
do Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930)**

***Correctional Institutions, education and regeneration: the case
of the Patronato Agrícola of Anitapolis/SC (1918-1930)***

Daniel Alves Boeira
Mestrando, PPGH–UDESC
dboeira@yahoo.com.br

Resumo: Ao levar a luz fatos isolados na condução das políticas públicas para infância e juventude em terras catarinenses, tenho o objetivo de descortinar uma série de aplicações e condutas sobre uma categoria em especial, o jovem infrator, chamado de menor. Nosso olhar sobre esta condução nos remete à implantação de uma instituição na Primeira República numa região rural próxima a Florianópolis: o Patronato Agrícola Federal de Anitápolis. Com suas particularidades, a instituição considerou a menoridade como “matéria-prima” a ser lapidada. Faremos análise institucional e organizacional do estabelecimento que abrigaria uma gama de menores vindos do Rio de Janeiro.

Palavras chaves: Instituições de correção; menoridade; educação; regeneração.

Abstract: When shedding light on isolated facts in the procedures of public policies for children and youth in the state of Santa Catarina/SC, I propose to uncover some applications and procedures on a particular category, the young offender. Our analysis of those procedures leads us to the creation of an institution in the early republic period in a rural region near Florianopolis/SC: the Federal Patronato Agrícola of Anitapolis. With its particularities, the institution considered minority as “raw material” to be polished. We do an institutional and organizational analysis of the facility that housed some minors coming from Rio de Janeiro.

Keywords: Correctional institutions; minority; education; regeneration.

Palco de fugas, rebeliões, torturas e maus-tratos, o Centro Educacional São Lucas, em São José, será demolido a partir de hoje. O trabalho deve durar cerca de 20 dias. O prédio atual foi erguido em 1972. Às 10h30min, estará decretado o fim do lugar que, nos últimos anos, só foi lembrado por problemas no sistema sócio-educativo de adolescentes infratores (DIÁRIO CATARINENSE, 2011, p. 26)

A matéria publicada pelo jornal Diário Catarinense no dia 06 de junho de 2011 é o retrato mais emblemático sobre a juventude delinquente ou do adolescente infrator (também usado jovem em conflito com a lei) em Santa Catarina. A estrutura física da instituição não estava comprometida, entretanto, deixou de funcionar desde o dia 17 de dezembro de 2010, por falta de condições sanitárias e por ser considerada desumana perante a lei.

Presente na vida dos moradores desde sua inauguração, na década de 1970, o Centro Educacional Regional São Lucas, situado em Barreiros, São José/SC, foi à maior unidade de internação de adolescentes infratores do Estado de Santa Catarina. Tinha o objetivo de oportunizar novos encaminhamentos na questão da menoridade (infratora) dentro do Sistema de Atendimento ao Adolescente Infrator do Estado. Desdobramentos sobre esta questão vieram com o passar dos anos, extrapolaram seus muros e levaram a mudanças legislativas significativas, embora a *práxis* nem sempre seguia os escritos.

Ao levar a luz este fato “isolado” na condução das políticas públicas para a infância e a juventude em terras catarinenses, na verdade, tenho o objetivo de descortinar uma série de aplicações e condutas em relação a uma categoria em especial, o jovem infrator, também chamado de menor.

Nas formas de conduzir e governar a vida das crianças e jovens em conflito com a lei, os ditos menores, tramava-se novas práticas de normalização que instituem demandas e impasses para instituições distintas, para além das escolas e das prisões. A indisciplina e o risco social que estes indivíduos se tornavam para a sociedade e para o discurso mantenedor (em épocas distintas), são sinônimos de períodos que ainda priorizam o condicionar através das relações de força, de um lado o Estado, do outro o infrator.

Na ordem desses discursos, crianças e adolescentes pobres passaram a ser sinônimo de “desassistidas” e/ou “pervertidas”. Como os discursos influenciam nas práticas, estes originaram significativas leis, que revelavam a oscilação entre a defesa das crianças e adolescentes pobres e a proteção da sociedade contra estas que se “tornavam” uma ameaça à “ordem e ao progresso” do país, mas que também deveriam ser protegidas e educadas uma vez que eram o futuro do país.

O Estado utilizou do artifício da tutela sobre a criança e o jovem como mecanismo de poder. Colocá-los dentro de um padrão de normalidade era regra geral. Os “desassistidos” e os “pervertidos” (ambos pobres) deveriam ser regenerados pela educação e conseqüentemente pelo trabalho. O menor entra em cena, sinônimo de delinquente. Sua condição social e suas atitudes eram amplamente discutidas perante a lei e colocá-los em instituições disciplinares ou colônias correcionais, era a forma mais “apropriada” de resolver os problemas por eles gerados.

Para os educadores do início do século XX, a prática de educar e associado ao termo regenerar, estavam em voga, à justificativa maior era o melhor “retorno” das crianças a estas

práticas, ao invés da punição.

O aparelhamento e a tecnificação da polícia significaram torná-la eficaz no combate aos comportamentos considerados nocivos e perigosos, capacitando-os a eliminar as *pragas e os detritos sociais* que ameaçavam a ordem e antepunham obstáculos ao processo civilizatório, danificando a imagem da capital federal (Rio de Janeiro) aos olhos do estrangeiro e do restante do país. Estes processos copiados por modelos europeus, entre o final do século XIX e início do século XX, são iniciais no Rio de Janeiro, irradiando para os grandes centros urbanos, atingindo e sendo seguido por todos os rincões do Brasil.

O olhar policial, através do exercício cotidiano de sua função, definia quem se encontrava na condição marginal ou não, sendo a rua o seu grande tribunal (BOEIRA, 2009, p. 38). Ao constituir as relações entre o agente repressivo do Estado e a população através de códigos informais que sobrevivem à existência de todo processo formal de ação, a sociedade constrói sua cidadania em níveis distintos.

O interesse pela criança vem numa perspectiva mais aguçada do Estado brasileiro, a partir do século XIX, devido à influência das novas idéias vigentes na Europa. A criança começa a ocupar um lugar de destaque na família e na sociedade, passando a ser peça chave para uma nova nação, como peça para um novo homem de bem, útil para o progresso da nação.

O discurso policial e jurídico introduzia o elemento causador do abandono de crianças e jovens em qualquer de suas formas, que é a desorganização familiar, resultado da negligência e da incapacidade dos pais, sendo ela, em última análise, a causa primária da criminalidade infantil. É essa a concepção que atribui à família a tarefa de educar nos bons costumes e para tal supõe um lar tranqüilo, onde sejam dados pelos pais exemplos de harmonia, enquanto nos lares muitas vezes ocorria o contrário.

O crescimento da delinquência infantil determinava, por parte de vários governos, a criação de estratégias legais, na tentativa de colocar freios no aumento considerável de atos não assimiláveis pelas respectivas sociedades. A imediata ação da polícia era o estratégia mais adotado, as prisões eram a forma mais eficaz, rápida e sucinta. O procedimento usado para os menores era praticamente igual ao adotado pelos adultos. O acusado praticamente não falava, apenas informava sobre seus dados pessoais e não havia averiguação dos mesmos.

Por conta das teses dos republicanos, a expansão educacional deveria acontecer, e a escola seria a grande arma utilizada para a transformação da sociedade. Era necessário que a

instituição propusesse normas, princípios e valores aos educandos, permitindo manter a ordem, a regeneração dos vícios, evitando assim, o aumento da marginalidade. Este fato colocava a educação como fator de resolução de problemas sociais existentes no Brasil, e era oferecida à sociedade como resultado do progresso prometido.

A renovação educacional era o mote de uma educação integral, assentada no tripé: saúde, moral e trabalho. Foi uma das repostas políticas ensaiadas por setores da intelectualidade brasileira na redefinição dos esquemas de dominação vigentes (CARVALHO, 1997, p. 284.). A educação foi usada como estrutura de dispositivo para a disciplinarização social, capaz de garantir a ordem sem o emprego da força, habilitando a população aos bons costumes, tornando-os dóceis gradativamente.

Ao lidar com este universo correccional, o espaço escolar tenta inúmeras vezes afirmar sua identidade. O menor muitas vezes chamado de interno, ou de educando, por vezes confundia sua adaptação ao ambiente institucional, ambíguo e segregador. Desta forma, neste enfoque sobre o universo do centro correccional, ampliamos nossas lentes para uma instituição de caráter aproximado, surgida no período chamado Primeira República (1889-1930), numa região rural próxima a Florianópolis: o Patronato Agrícola de Anitápolis.

Em outra época, com similaridades aproximadas, esta instituição abrangeu a menoridade como “matéria-prima” a ser lapidada. Neste artigo faremos a análise da estrutura estatal do Patronato, envolvendo desde a vinda do menor até a sua adequação no novo ambiente no qual viveria até completar 18 anos.

Implementados em vários estados do Brasil, os patronatos agrícolas foram uma das mais importantes ações do governo republicano na área das políticas sociais infanto-juvenis até a instituição do Código de Menores de 1927. Os patronatos agrícolas eram subordinados a Diretoria-Geral do Serviço de Povoamento, a qual estava inserida no MAIC. O Patronato Agrícola assumiu como binômio a transformação e o controle do espaço rural inseridos na colonização estatal, sendo visto como "uma solução complementar ao esforço policial de manter a ordem, mas também como uma forma específica de entendimento do espaço rural" (VIANNA, 1999, p. 79).

A instituição Patronato Agrícola de Anitápolis, foi criada em 1918 dentro dos moldes da época (eugenista, sectária e modernizadora), pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). O projeto de um Brasil moderno voltado ao trabalho (agrícola), direcionava iniciativas a uma parcela de menores, os vagantes nas ruas e os jovens

perniciosos, os chamados *delinqüentes juvenis*, que se circulavam pelos grandes centros urbanos do país.

O decreto nº 12.893 do dia 28 de fevereiro de 1918 cria o Patronato Agrícola Anitápolis (RMAIC, 1919), situado a mais ou menos 100 km da capital catarinense, entre a Serra Geral e o litoral. Esta instituição teve sua trajetória marcada pela inclusão de menores vindos em sua maioria oriundos do Rio de Janeiro, e também pelo seu caráter educativo e regenerativo. A conduta destes internos na instituição, compartilhando vivências com os funcionários, e também as relações do patronato com a comunidade local, trazem a tônica as relações de força vivenciada por uma época distinta. Evidenciamos estas transformações nas diversas esferas que o Patronato vivenciou até seu fechamento, em 1930.

Entre as classes mais abastadas a prática do internamento de jovens em instituições de ensino era comum, como por exemplo, o Colégio Catarinense, escola privada administrada pelos padres jesuítas e que se localizava em Florianópolis. (DALLABRIDA, 2001). O Patronato Agrícola foi o modelo mais próximo do internato. As práticas educativas como o controle do tempo nas atividades, como o tempo dos banhos, a fiscalização dos dormitórios, o regramento dos horários de estudo e de atividades físicas, também foram moldes para jovens de outras condições sociais.

O Patronato Agrícola tinha a finalidade de educar e corrigir alguma mazela que o aluno tinha, instruindo-o para a civilidade e para o trabalho. Neste contexto, a escola se situava em um fio da navalha entre perspectivas que buscavam torná-la um espaço de formação profissional (muitas vezes para um trabalho precarizado, como futura força braçal - lavrador), e uma instituição de prevenção e/ou gestão dos riscos e da periculosidade. As artes liberais de governar a vida, conforme indicou Foucault, tecem novas práticas de normalização que instituem demandas e impasses para a escola, distintas das clássicas tecnologias disciplinares de poder (FOUCAULT, 1997)¹. O menor era peça chave na percepção e concepção que o Patronato impunha, na forma de lida-lo como matriz de uma empreitada maior, a sua alocação no mundo do trabalho.

Com a projeção nacional dos Patronatos Agrícolas, amparados pela máquina estatal do MAIC trazia a luz à esperança do crescimento econômico pela agropecuária. Cuidar do elemento produtor era associar o ensino como base para a riqueza rural através da educação

¹ Sobre este aspecto ver a terceira parte, Disciplina, da obra *Vigiar e Punir* no qual o autor discorre sobre o controle, as disciplinas, a composição das forças, etc.

(técnica), para erradicar de vez as três chagas que assolavam nosso país: o analfabetismo, a indigência e a vagabundagem, causas de males e crimes incalculáveis (RMAIC, 1918, p. 132).

A profissionalização da educação no campo através de instituições como os Patronatos Agrícolas foi fundamental para as entidades civis e governamentais que viram neste “estímulo” uma forma de fixar o homem no meio rural. O governo partia do entendimento que ao fixá-lo na lavoura, as cidades não teriam problemas com desabastecimentos futuros.

A infância era extremamente citada no relatório do MAIC de 1918, tema considerado visionário, pois introduziu outro órgão além da polícia judiciária na disputa pela salvação da minoridade. O teor dos escritos foi um espelho da sociedade vigente da época e retratava medidas austeras para acabar de vez com a criminalidade, a ignorância, pois

Não há como fugir a essa evidência. Quaisquer que sejam as objeções, o fato inelutável é este: onde a educação social se eleva, o nível da criminalidade decresce. Combatendo-se a ignorância, desarma-se, com os mesmos golpes, a ociosidade que alimenta os maus instintos e conduz a miséria e a delinquência pelo caminho do vício (RMAIC, 1918, p. 133)

Ao longo do funcionamento do Patronato Agrícola de Anitápolis, o número de crianças e adolescentes atendidos, anualmente era de 100 a 200 internos. A idade mínima para o ingresso era de nove anos, e aos dezoito eram desligados da instituição. Muitos deles, após seu desligamento, voltavam para as cidades de origem, para reencontrar seus parentes. Alguns poucos ficaram em Anitápolis e ganhavam lotes de terras, dando continuidade ao que lhes fora ensinado, uma recompensa para aqueles que apresentassem bom comportamento.

A minoridade atendida era somente de meninos, em sua grande maioria do Rio de Janeiro, alguns poucos estrangeiros e de outras localidades. O encaminhamento para os patronatos em geral era por seleção nas instituições como: a Casa de Detenção do Distrito Federal, a Casa de Preservação do Patronato de Menores, o Depósito de Presos, a Escola de Menores Abandonados e a Escola Premonitória Quinze de Novembro, outros eram apanhados nas ruas ou por indicação dos pais ou dos tutores.

Os Patronatos funcionaram como alternativa às tradicionais instituições presidiárias urbanas, tidas por degradantes e infames, que, pelo seu caráter fechado e segregacionista, não muito diferente da atual realidade, considerados depósitos humanos, sem trazer a devida ressocialização ao jovem infrator. As crianças e os jovens inseridos nos Patronatos Agrícolas tinham que ser transformados conforme as pressões impostas pela sociedade vigente, eram

nestes ambientes que se fabricava a mudança do marginalizado para o futuro trabalhador.

Através da documentação é possível constatar que existia credibilidade do Estado em relação ao sistema de Patronato. Exigia-se um grande número de proventos para a manutenção da instituição, o que era, em parte, fornecido pelo próprio Núcleo Colonial, que chegou a ser, segundo relatos, um dos mais promissores do Brasil.

Dentre os três núcleos coloniais federais que existiram em Santa Catarina, somente o de Anitápolis teve a instalação de um Patronato Agrícola². Oliveira atesta que a instalação dos patronatos em determinadas regiões foi devido à necessidade das iniciativas de ensino de práticas agrícolas e à variedade dos meios regionais onde era implementado, o que é muito curioso, pois os internos deste patronato eram exclusivamente de menores vindos do Rio de Janeiro (2003, p. 30).

Anitápolis, como Núcleo Colonial, atendia as especificações e características que cada patronato deveria ter, pois as condições particulares das zonas rurais em que foram instalados produziam um universo próprio na maneira de ensinar as culturas e os métodos agrícolas. Ambos obedeciam a uma política geral de povoamento controlado no campo, que incluía meios absolutamente coercitivos de preenchimento de seu contingente de trabalhadores. Dos patronatos criados em 1918, quatro foram instalados em núcleos coloniais: os de Visconde de Mauá, Monção, Pereira Lima e Anitápolis. (VIANNA, 1999, p. 80, apud: RMAIC, 1919, pp. 89-91).

O discurso era voltado à profissionalização das atividades do campo, vinculando as indústrias focadas na produção agrícola, dispondo a aplicabilidade dos patronatos nos seguintes ramos de produção: cultura de plantas industriais; horticultura e jardinocultura; pomicultura; pecuária e indústria animal.

A implementação do Patronato ampliou os embates e novos rumos foram dados aos problemas locais. Forçosamente a comunidade do Núcleo e do Patronato buscavam, “a coexistência simultânea de vários seres humanos relacionados entre eles” (Elias, 1993, p. 39). É necessário verificar que a instituição escolar é hierarquizada e hierarquizadora dos saberes e do prestígio dos agentes que nela atuam e das pessoas que ela forma. Há o ajustamento social que a instituição propunha aos menores, para torná-los úteis a nação.

O método educativo aplicado nos Patronatos Agrícolas no país era baseado na

² Infelizmente, em nossas pesquisas ainda não achamos real motivo aparente desta localidade como sendo a única no estado catarinense escolhida pela União. Desconfiamos que a escolha seja pela proximidade com a capital catarinense e pelo terreno montanhoso e de difícil acesso a localidade, dificultando a fuga dos internos.

educação cívica, física e moral. A educação cívica tinha o objetivo de despertar no aluno o sentimento patriótico e o respeito às instituições republicanas. A educação física traria ao aluno a prática da higiene associada aos exercícios ginásticos. Por último e não menos importante era a educação moral, que repetirá fórmulas morais,

como sucede nessa espécie de automatismo escolar que instituímos em relação a quase todas as disciplinas, só muito excepcionalmente o menino acabará identificando-se com os preceitos que todo homem é obrigado a cumprir para com a sociedade e para consigo mesmo (RMAIC, 1918, p. 140).

A necessidade de positivar o trabalho adentrava os espaços escolares (inclua-se os institutos disciplinares) em âmbito nacional. O trabalho, os trabalhadores e seus ensinamentos, delineavam-se como os grandes produtores da riqueza nacional, ícones de uma promessa de futuro grandioso. Existia a necessidade emergencial em articular a formação do povo brasileiro em prol de criação de mão-de-obra (industrial e rural), “a fim de mitigar as disputas e conflitos sociais” (PANDINI, 2006, p. 30).

Para as crianças e jovens que fugiam demais as normas estabelecidas pelo decreto nº 13.706 de 25 de julho de 1919, os artigos 35 e 40 traziam às mudanças mais significativas. Estabelecia as idades de 10 a 16 anos para o ingresso, e não seriam admitidos nos Patronatos Agrícolas menores delinquentes e/ou que sofram de doença contagiosa, lesão ou qualquer deficiência orgânica que os inabilitassem aos serviços agrícolas. Como cita o ofício:

Sr. Dr. Chefe de Polícia do Distrito Federal.

Tenho a honra de solicitar vossas providências, no sentido de serem preparados mais noventa menores (90), que deverão embarcar nos primeiros dias do próximo mês de Novembro, com destino ao Patronato Agrícola de “Anitápolis”, no Estado de Santa Catarina.

O Diretor daquele Patronato pede, entretanto, que não sejam relacionados indivíduos maiores de 18 anos, e que se evite, tanto quanto possível, a remessa de menores de péssima conduta, conforme sucedeu com a primeira leva, internada no referido instituto.

Reitero-vos meus protestos de alta estima e considerações distintas.

Saúde e Fraternidade

Dulphe Pinheiro Machado – Diretor do Serviço de Povoamento (ARQUIVO NACIONAL – IJ6)

O menor continuava sendo a peça primordial deste mosaico de ações, porém, o refinamento das ações lapidava o tipo de menor que poderia ser inserido nos Patronatos Agrícolas, conforme podemos verificar na fala do Diretor do Serviço de Povoamento de Santa

Catarina.

A par das noções de agrotecnia e veterinária, o ensino ministrado ainda incluía a educação cívica, aos moldes da educação militar, atentando para as noções de ordem, civismo e autodisciplina.

As normas estabelecidas pelo diretor reverberavam as estratégias do Estado em práticas educacionais aplicadas aos jovens alunos, fosse pela instrução ou pela correção destes sujeitos. As relações de poder mostram as posições dos personagens em questão: de um lado, o *fabricador* da disciplina, com uma gama de instrumentos: “o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que é específico, o exame” (FOUCAULT, 1987, p. 142).

Do outro lado, o que seria o *produto final*: jovens infratores que, mediante esta relação de forças, impunham suas táticas e astúcias de maneira que aproveitavam “as ocasiões e delas depend[iam], sem base para estocar[em] benefícios, aumentar[em] a propriedade e prever[em] saídas” (CERTEAU, 1994, p. 100).

O “educar” no patronato diferia da escola dita tradicional. Seu corpo funcional ensinava aos alunos, além das disciplinas normais, outras relativas à prática agrícola e ao ensinamento de outros ofícios, como selaria, ferraria e sapataria. As atividades relacionadas à agricultura consistiam no acompanhamento de todo o processo de produção desde a derrubada da mata, o plantio, os cuidados da lavoura e a colheita, além da criação de diversos animais, como porcos, galinhas, cavalos, bovinos, entre outros.

Cada patronato deveria se adequar a sua realidade, de acordo com o gênero da produção a que o estabelecimento fora destinado. Para a geografia de Anitápolis, com áreas montanhosas e densas florestas, especulamos que o ensino profissional fora bastante diversificado, com especialidades múltiplas, agregando os conhecimentos implementados pelas noções agrícolas demandadas para a subsistência da localidade.

As penas disciplinares eram amplamente difundidas nas mais diversas formas, citamos por exemplo, parte do relatório que trata das penas, em que “foram recolhidos ao isolamento 20 menores, admoestados em classe 10 e privados do recreio 2” (ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS). Não houve motivos descritos pelo qual os menores cometeram estas faltas. Estas faltas provam que a disciplina imposta pela instituição nos dá sinais da necessidade da organização dos espaços úteis para as localizações funcionais a que estes alunos estão dispostos individualmente nesta circularidade numa rede de relações

(FOUCAULT, 1987, p. 125).

O bom comportamento era analisado através de critérios como linguagem, participações em atividades, atitudes corporais, demonstrando também o contrário, ou seja, o que passa a ser um mau comportamento. Para civilizar estas condutas era preciso de professores austeros, com noções de civismo e até certo militarismo nas suas condutas, acompanhados de perto por vigilantes, capatazes e funcionários que ora custodiavam os menores, ora auxiliavam no ensino, como monitores de turmas.

A prática de atividades que exigiam o empenho e a destreza física dos alunos, como a ginástica, exercícios militares e o escotismo, tinham a intenção de desenvolver progressivamente o educando, como expõe este relatório:

Exercícios para infantaria – Evoluções de companhia a toque de corneta. Continuo a instar que os alunos cada vez mais se dedicam nas instruções militares.

Ginástica – Exercícios sem arma [...], soltos em aparelhos, corridas e fogos esportivos etc. Noto também que todos os alunos se mostram bastantes interessados por esses exercícios.

Sinaleiros – Continuação teórica e prática. Com grande satisfação minha tenho o prazer de comunicar-vos que os educandos têm tomado grande interesse para esta instrução.

Esgrima de baioneta – Continua a instrução aos alunos os exercícios de esgrima preparatória, continuando a notar em cada educando a agilidade necessária para a esgrima de [...].

Escotismo – Continuação de ginástica e [...] individual. Considerado deixar aqui registrado a boa vontade e interesse com que os alunos se esforçam para o bem [...] (ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS).

A educação com base militarista, através de exercícios de infantaria, ginástica (sueca) e do escotismo, associado às atividades ao ar livre, era vista com entusiasmo pelos rapazes. Uma disciplina complementava a outra, as ordens e as condutas praticadas pelos toques de corneta, pela voz ativa do líder nas caminhadas, nos passeios e na descoberta do meio circundante da localidade, com suas matas, trilhas e cachoeiras, faziam dos momentos eventos lúdicos, sem perder a conduta que o militarismo aspirava.

O escotismo adotado no Patronato era o mesmo recém incorporado ao Brasil, movimento inventado em 1907, pelo oficial do exército inglês Robert Stephenson Smith Baden Powell, que ultrapassou fronteiras e foi incorporado pelo seu caráter instrutivo da “auto-educação”.

Porém, nem todas as atividades ar livre era vista com bons olhos pelos educandos: os

trabalhos agrícolas eram penosos, a repetição de movimentos, a mecanização do fazer não tinha as mesmas desenvolturas que os exercícios militares. O relatório sobre o ensino da prática agrícola demonstrava o desinteresse geral dos alunos “quanto ao seu aproveitamento só direi que a grande maioria tem manifesta e cordial ojeriza pela nobilíssima arte de laborar a terra” (ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS).

Para manter os alunos ordeiros durante o ensino da prática agrícola, um artifício extremamente eficiente e prático para estas situações foi utilizado, a vigilância. Este expediente demonstra que entre as táticas empregadas pelos menores estava gazejar as aulas e até empreender fugas. Por outro lado, as estratégias de vigilância adotadas eram o uso da polícia, além das adotadas pelo corpo funcional do Patronato, como demonstra parte deste relatório: “Aproveito a ocasião para vos pedir o aumento das diárias aos sargentos e anspeçadas (cabos e soldados), como incentivo ao bom desempenho de suas funções de chefes de turmas, proporcionalmente ao posto”. O encarceramento ao ar livre reconstituiria nos alunos o gosto pelo trabalho (forçosamente). Parafraseando Foucault, buscava-se a transformação da alma e do comportamento dos indivíduos (1987, p. 101).

Os últimos anos de funcionamento do Patronato Agrícola de Anitápolis não foram dos melhores para a instituição, por conta de problemas de ordem interna, escassez de verba federal e, por fim, o combate da Serra da Garganta (1930), quando tropas getulistas vindas do Rio Grande do Sul lutaram contra funcionários do Patronato e demais combatentes leais ao governo do recém eleito Julio Prestes. As tropas getulistas foram vencedoras neste combate surpreendendo a resistência dos governistas, levando Getúlio Vargas ao poder através de seu movimento revolucionário (FAUSTO, 2001, pp. 178-181). Uma vez no poder, o presidente Getúlio Vargas sancionou um decreto em 1930, pondo fim ao Patronato Agrícola de Anitápolis, e também a outras instituições congêneres.

Para alguns historiadores como Rousso, o período em questão não atende a *rigor* a História do Tempo Presente³, pois “a História do Tempo Presente não contempla apenas a história do século 20” (2007, pp. 277-296.). A pesquisa é retratada num período de 12 anos (1918-1930), o tema menoridade vem sendo debatido em várias esferas da sociedade e por diversas ciências, antes e depois do período supracitado, mostrando a importância do tema.

Nossas intenções historiográficas com a pesquisa é traçar um perfil de como se dava a relação entre a estrutura oferecida para a finalidade educacional e regenerativa desta

³ O autor questiona a relação da 2ª Guerra Mundial como “matriz do tempo presente”.

menoridade. Apoiados em Norbert Elias, Michel de Certeau e Michel Foucault, nos embasamos em nossa análise sobre a disciplina, os discursos e as experiências destes/sobre estes sujeitos.

As experiências vividas relatadas nos documentos oficiais também mostram sutilmente a voz destas crianças, frente a todo um contexto que esta inserida⁴. As táticas e as estratégias adotadas pelos sujeitos (jovens) em relação à instituição (Patronato) têm na ótica de Certeau a compreensão destas sociabilidades (CERTEAU, 1994).

Uma instituição como o Patronato Agrícola de Anitápolis, com profissionais diversos, alunos “forçados” a estudar, uma diversidade grande de discursos e vivências, inevitavelmente traria confrontações das mais diversas. A disciplina usada como força motriz, amparada nas características da melhora física e mental das futuras gerações brasileiras, amplificaria o padrão seguido pelos moldes higienistas, sujeitos fortes, robustos e saudáveis (VICENTE; AMARAL, 2010, p. 126).

Embora a temática abordada remeta ao início do século XX, o assunto é extremamente atual e relevante. Atualmente, a temática ainda é um caso delicado a ser tratado; os patronatos agrícolas já não existem mais, outros nomes e formas de tratamento foram adotados. Entretanto, o *adolescente infrator ou em conflito com a lei*, como é mencionado no Estatuto da Criança e Adolescente, ainda é uma questão do Estado.

Referências

ARQUIVO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS - Ofícios, mensagens, relatórios e informativos vinculados ao Patronato Agrícola, o Núcleo Colonial e instituições entre os anos de 1917 a 1930.

ARQUIVO NACIONAL - IJ6: Série Justiça, Subsérie Polícia.

BRASIL. Relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1918 – 1919.

BOEIRA, Daniel A. Modernidade e criminalidade na Primeira República: os patronatos agrícolas e a ressocialização da delinquência juvenil (Santa Catarina, 1918-1930). In:

⁴ A autora Maria Clemente Pereira da Cunha, na obra *O Espelho do Mundo*, se baseou através da pesquisa dos prontuários dos pacientes do Juquery para “ouvir” suas vozes até então desconhecidas pela historiografia.

- AREND, Silvia M. F.; et al. (Org.) *Infâncias Brasileiras: experiências e discursos*. Cascavel: Ed. UNIOESTE, 2009.
- CARVALHO, Marta M. C. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos C. de. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997, pp. 269-287.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CUNHA, Maria C. P. *O Espelho do Mundo: Juquery - a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- DALLABRIDA, Norberto. *A fabricação escolar das elites. O Ginásio Catarinense na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Lisboa: Dom Quixote, 1993.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Niterói: Vozes, 1987.
- Jornal DIÁRIO CATARINENSE, Florianópolis, 06 jun. 2011. p. 26.
- OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. *Formar cidadãos úteis: os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- Pandini, Sílvia. *A Escola de Aprendiz Artífices do Paraná: “Viveiro de homens aptos e úteis” (1910 - 1928)*. Dissertação de Mestrado em Educação - UFPR, 2006.
- ROUSSO, Henry. *A História do Tempo Presente, vinte anos depois*. In: Porto Jr., Gilson. *História do Tempo Presente*. Bauru: Edusc, 2007, p. 277-296.
- VIANNA, Adriana de R. B. *O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910 - 1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- VICENTE Abreu; AMARAL, Giane Lange do. *Medidas higienistas adotadas no Patronato Agrícola Visconde da Graça (1923-34) - Pelotas/RS*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.37, mar.2010, pp. 123-133.